

Inclusão Cultural pela música: potencializando comunidades de educação musical culturalmente sensíveis

Comunicação

GTE 17 – Interesse público, educação musical e etnomusicologia em diálogo

Ana Julia de Almeida Gomes
UNESPAR, campus Curitiba II
anajuliaalmeida.g11@gmail.com

Andréia Veber
UNESPAR, campus Curitiba II
andreia.veber@unespar.edu.br

Resumo: O texto apresenta o recorte de um trabalho acadêmico em desenvolvimento, o qual tem como tema a “Inclusão Cultural de imigrantes e/ou refugiados pela Música”, objetivando analisar as representações sociais de músicos e musicistas migrantes e refugiados internacionais, ancorando-se na Teoria das Representações Sociais, por sua vertente estrutural. O recorte apresentado se baseia em uma extensa revisão de literatura, que abrange 55 artigos, livros e documentos de instituições renomadas como ACNUR e OBMIGRA. Assim, tem como objetivo identificar como o tema proposto está abordado na literatura, tanto da Educação Musical quanto geral que trata dos processos migratórios e inclusivos. A revisão aqui apresentada foi sistematicamente organizada em seis eixos temáticos principais: conceitos de inclusão e integração e suas diferenças básicas; realidade migratória: desafios e perspectivas; dados estatísticos e história da imigração: fundamentação documental; legislação brasileira para migrantes: entre avanços e desafios; inclusão na educação pública: desafios e perspectivas para migrantes; inclusão pela arte e música: processos identitários em contextos migratórios. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, até o momento, pode-se dizer, em base aos conceitos estudados que a revisão de literatura realizada revelou a complexidade da realidade migratória, os desafios na aplicação da legislação brasileira e o significativo potencial da arte e da música na promoção da inclusão cultural de migrantes e refugiados.

Palavras-chave: inclusão cultural; imigrantes e refugiados; Educação Musical e Patrimônio Cultural.

Introdução

O presente estudo nasce de inquietações que surgem em meio às discussões sobre o papel humanizador da Educação Musical frente a ideia de integração cultural e consolidação

de patrimônios culturais no universo da música e cultura. Qual o papel do educador musical frente a realidade do mundo contemporâneo que tem levado milhões de pessoas a deixar suas pátrias em busca de dignidade e sobrevivência em outros países? No Brasil, os dados apontam que milhares de pessoas chegam ao país todos os anos em busca de refúgio e condições mínimas e dignas de sobrevivência (ACNUR, 2023).

Considerando o cenário mundial atual, uma das preocupações apontadas por alguns autores vai ao encontro do papel da Educação Musical na constituição de comunidades de práticas musicais culturalmente sensíveis e atentas aos processos migratórios contemporâneos (Veber, 2020; Kertz-Welzel, 2018; Nzewi, 2012). Em uma visão humanizadora da arte e da música, tratando-se de ambientes educativos, passamos a discutir sobre a relevância do reconhecimento de patrimônios culturais musicais e formação de identidades, especialmente quando tratamos do tema inclusão cultural em ambientes transculturais nos quais temos a presença de pessoas imigrantes internacionais e/ou refugiadas. A discussão se intensifica quando integramos a essa discussão a possibilidade de integração de profissionais do campo de estudos musicais em realidades brasileiras. E neste sentido, mais especificamente na cidade de Curitiba/PR, cabe perguntar: como tem sido o processo de integração cultural de músicos e musicistas migrantes e/ou refugiados internacionais que residem e atuam profissionalmente na cidade de Curitiba?

Este é um tema que carece de atenção no mundo atual. Um mundo em conflito no qual muitos têm saído de suas terras e casas, buscando por melhores condições de vida. O que nós, na música, nas artes, sabemos a respeito? Como podemos contribuir? Qual o papel de cada área do conhecimento em todo esse processo? O que sabemos e o que colocamos em prática sobre inclusão, sobre integração destas pessoas? Como respeitamos sua forma de ser e querer ser visto, sentido e integrado a uma nova vida, uma nova realidade, especialmente de pessoas que atuavam em seus países com arte, cultura e música? Qual o nosso papel e o papel da pesquisa neste cenário? E, por fim, como fortalecer comunidades de educação musical culturalmente sensíveis e conectadas com a realidade do mundo contemporâneo?

Até o momento, a realização deste estudo tem contribuído no sentido de trazer questionamentos e fazer pensar sobre o tema.

O grupo social foco da pesquisa foi formado por artistas musicistas imigrantes estrangeiros e/ou refugiados, que buscam atuar com música no contexto brasileiro. Na pesquisa geral, como norte inicial, entendemos que o caminho passará pela compreensão sobre as representações sociais das pessoas envolvidas na pesquisa, sobre inclusão e também integração cultural e patrimônio cultural. Para isso, utilizaremos da Teoria das Representações Sociais em sua vertente estrutural pelo uso da Teoria do Núcleo Central, proposta em 1996 por Jean Claude Abric. A partir da identificação dessas representações será possível entender no contexto das práticas como os caminhos, atitudes e reflexões adotados pelas pessoas participantes se refletem em seus processos de inclusão e constituição de patrimônios culturais, individuais e coletivos. Em consonância com os objetivos e aporte teórico proposto está sendo realizado um estudo com artistas músicos e musicistas imigrantes e/ou refugiadas estrangeiros, por meio da aplicação de duas ferramentas de coleta de dados: Questionário sociodemográfico, Teste de Associação Livre de Palavras justificado.

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, neste texto focamos em apresentar as discussões teórico-conceituais provenientes da revisão de literatura realizada até o momento, uma vez que se trata de um tema complexo amplo e abrangente. Assim, o objetivo central deste texto é de analisar como o tema "Inclusão Cultural de imigrantes e/ou refugiados pela Música" está abordado na literatura, tanto da Educação Musical quanto geral que trata dos processos migratórios e inclusivos. Tal revisão está organizada em seis diferentes grupos temáticos, os quais serão apresentados e discutidos na seção a seguir.

Fundamentos teóricos e conceituais – olhares para os processos migratórios, culturais e inclusivos

Falar dos processos migratórios contemporâneos em todas as temáticas que os envolvem é uma escolha complexa no sentido de envolver diferentes subtemas que se correlacionam e interferem direta ou indiretamente um no outro. Para alimentar essas reflexões e discussões realizamos um levantamento de materiais escritos sobre os temas que circulam o estudo.

Utilizamos essencialmente de pesquisas documentais em plataformas digitais de teses e dissertações, bem como plataformas de revistas, livros e consultas acadêmicas amplas, sites de organizações governamentais e não governamentais envolvidas com as temáticas

discutidas neste estudo. Nessa trajetória foram encontrados 55 materiais, entre eles livros e artigos – alguns selecionados nos Cadernos de Debates, Refúgio, Migrações e Cidadania; documentos oficiais ACNUR; os relatórios anuais do OBMIGRA de 2023; os Documentos Orientadores CGEB/NINC - Estudantes Imigrantes do Estado de São Paulo. Foi realizada a leitura, fichamento e classificação dos textos em seis grupos temáticos que serão aqui apresentados e discutidos. São eles: Conceitos de inclusão e Integração e Suas Diferenças Básicas; Realidade Migratória: Desafios e Perspectivas; Dados Estatísticos e História da Imigração: Fundamentação Documental; Legislação Brasileira para Migrantes: Entre Avanços e Desafios; Inclusão na Educação Pública: Desafios e Perspectivas para Migrantes; Inclusão Pela Arte e Música: Processos Identitários em Contextos Migratórios.

Para a classificação dos textos nos grupos temáticos foi utilizado o critério de proximidade entre os temas, partindo da ideia de migração como uma temática central, sua história e legislação brasileira, os conceitos de inclusão social e cultural e como a inclusão acontece no contexto da educação pública e educação musical. Esse caminho utilizado para a revisão de literatura foi necessário considerando a escassez de material específico do contexto musical e de inclusão cultural pela música. Dessa maneira alguns dos textos contribuem especificamente para construir fundamentos gerais sobre o tema, outros fazem análises históricas e legislativas do processo migratório no Brasil, para enfim falar sobre a inclusão cultural associada à educação musical.

Nos tópicos seguintes serão abordados separadamente cada um dos grupos temáticos, apresentando os textos selecionados e algumas das discussões já realizadas até o momento.

Conceitos de inclusão e integração e suas diferenças básicas

A fim de estabelecer o conceito de inclusão e integração social passamos por muitos textos que abordam a temática sob perspectiva social, prática e legislativa, tanto no contexto da inclusão de pessoas com deficiência quanto na inclusão cultural de migrantes. Em essência, ao abordar o tema é possível identificar na literatura diferentes perspectivas que convergem ao destacar que a inclusão social e cultural não pode ser tratada de forma homogênea ou abstrata.

Trazendo uma análise social a partir da estratificação da sociedade em classes e história do processo de integração, Mariosa (2019) aborda os conceitos sob a perspectiva de Florestan Fernandes sobre do processo de colonização do Brasil em busca do conceito de sociedade Integrada, evidenciando a relação entre a integração social e a função e status na sociedade que foi atribuída a determinado povo. O autor aponta que as funções econômicas e na cadeia de produção são importantes para definir quem é ou não integrado, formando uma integração híbrida que só pode ser quebrada pela constituição da cidadania. Também, Nunes e Schmidt (2020), desenvolvem uma reflexão bibliográfica sobre os conceitos de diversidade, cultura e direitos humanos sob uma ótica antropológica e sociológica, destacando como essas questões estão intrinsecamente ligadas a relações de poder e conflitos sociais.

Heidrich (2020) analisa o termo inclusão escolar a partir de uma perspectiva psicossocial baseada em Vigotski, enfatizando a importância de considerar os fatores de desenvolvimento humano no ambiente educacional, e traz em imagem a diferença entre integração e inclusão, perspectiva que vai de encontro com Plaisance (2010, p. 16) que define integração como mera implementação de medidas práticas e administrativas enquanto que na inclusão há uma mudança cultural.

Figura 1: Conceitos de exclusão, segregação, integração e inclusão



Fonte: Heidrich 2020 p. 77.

A imagem mostra que na integração, o grupo ainda está separado do conjunto, mesmo que dentro do ambiente, enquanto na inclusão os grupos 'diferentes' são diluídos e todos se misturam, formando um coletivo único composto por pessoas diversas.

Quando se trata de inclusão cultural é necessário se aprofundar na discussão conceitual sobre diversidade cultural. Aquino (2010, p. 30-31), partindo da reformulação proposta por François Bernàrd, destaca cinco dimensões fundamentais da diversidade: como fenômeno essencialmente cultural e dinâmico, que se desenvolve através do conflito; como processo contínuo de transformação; e como projeto crítico de refundação social.

Complementando essa discussão teórica, Freitas e Santos (2020) apresentam um estudo de caso sobre a dinâmica intercultural entre brasileiros e haitianos em um centro de educação para adultos, demonstrando na prática os desafios e possibilidades da inclusão de populações migrantes. O estudo evidencia como políticas educacionais adequadas podem promover a integração social através do reconhecimento e valorização das diferenças culturais. Nesse segmento ainda há Henrique *et al.* (2024) e Ilari (2007).

Essas diferentes perspectivas convergem ao destacar que a inclusão social e cultural não pode ser tratada de forma homogênea ou abstrata. Os autores enfatizam a importância de compreender a diversidade como um processo dinâmico e conflituoso, que exige políticas educacionais e informacionais sensíveis às diferenças culturais. Seja no contexto escolar, nas relações interculturais com populações migrantes ou no enfrentamento das desigualdades raciais, o texto sugere que a verdadeira inclusão depende do reconhecimento ativo das especificidades culturais e da construção de práticas sociais que transformem as diferenças em potenciais de mudança e enriquecimento mútuo. A diversidade cultural, nesta perspectiva, deixa de ser um mero discurso para se tornar um projeto concreto de transformação social, capaz de promover justiça social e igualdade de oportunidades.

Realidade migratória: desafios e perspectivas

Esta revisão bibliográfica aborda as múltiplas dimensões da migração contemporânea, destacando os desafios enfrentados tanto por crianças quanto por adultos em situação de mobilidade. A seleção dos trabalhos buscou abranger desde aspectos jurídicos e sociais até as consequências psicológicas do processo migratório.

No que concerne às crianças refugiadas e migrantes desacompanhadas, três estudos revelam uma contradição fundamental no sistema brasileiro. Cantinho (2018) caracteriza essa população como "sujeitos despolitizados", evidenciando a disparidade entre o discurso protetivo e a prática de recusa sistemática de pedidos de refúgio infantil, assim como Carneiro (2021). Essa problemática ganha contornos ainda mais dramáticos no estudo de caso apresentado por Lauriola *et al.* (2023), que analisa as vicissitudes de um menino venezuelano impedido de retornar ao seu país durante o fechamento de fronteiras na pandemia de COVID-19. Tais achados encontram ressonância nas análises de Ribeiro e Sena (2021) e no "Guia para a Proteção de Crianças e Adolescentes Desacompanhadas/os" (UNICEF, 2023), que mapeiam as consequências dessas políticas restritivas.

No âmbito da migração adulta, Tonhati e Macedo (2020) oferecem uma contribuição singular ao investigar especificamente os fluxos femininos para o Brasil entre 2010 e 2019. Seu trabalho destaca as particularidades da inserção laboral das mulheres migrantes, demonstrando como questões de gênero se articulam com as dinâmicas migratórias.

Complementando essa perspectiva, Santos (2020) e Oliveira (2006) ampliam o escopo da discussão para o campo das políticas públicas e das complexidades fronteiriças. Oliveira, em particular, focaliza a tríplice fronteira Peru-Colômbia-Brasil, analisando os desafios decorrentes de conflitos políticos, atividades ilícitas e fluxos migratórios não documentados, defendendo a necessidade de políticas específicas para essa realidade singular.

A dimensão psicossocial da migração recebe tratamento aprofundado nos trabalhos de Martins-Borges e Amaro. Martins-Borges (2013) examina os impactos da migração involuntária na saúde mental. Já Amaro (2007) explora o conceito de "Sentimento Psicológico de Comunidade", demonstrando seu papel fundamental no bem-estar psíquico e na capacidade de enfrentamento de situações adversas.

Esta revisão evidencia a natureza multifacetada da questão migratória contemporânea, destacando a necessidade de abordagens intersetoriais que considerem tanto as dimensões estruturais quanto os aspectos subjetivos do fenômeno. Os trabalhos analisados convergem na defesa de políticas públicas mais efetivas e humanizadas, capazes de responder às especificidades dos diferentes grupos migrantes e promover uma inclusão social substantiva.

Dados Estatísticos e História da Imigração: Fundamentação Documental

Para garantir uma base sólida à pesquisa, recorreremos a documentos oficiais e relatórios especializados que fornecem dados estatísticos e análises sobre migração e refúgio. Foram selecionados 13 documentos dos sites do ACNUR Brasil e do UNHCR, abrangendo temas como mercado de trabalho formal para venezuelanos, proteção e assistência a afegãos no Brasil (2022-2023), impactos econômicos em Manaus, fluxos migratórios durante a pandemia, meios de vida de migrantes no Brasil, diagnósticos sobre a integração de refugiados e migrantes indígenas venezuelanos em Boa Vista (RR) e Manaus (AM), além de sustentabilidade climática e migração.

Além disso, analisamos o Relatório Diagnóstico Participativo (2023), que identifica as principais dificuldades enfrentadas por migrantes, considerando recortes de idade, gênero, diversidade e nacionalidade. Todos os documentos estão disponíveis nas referências ao final deste trabalho.

Complementando os dados do ACNUR, examinamos os Relatórios Executivos Anuais da OBMIGRA, com ênfase nas edições de 2023 e 2024, além da publicação comemorativa "OBMIGRA 10 Anos: Pesquisas, Dados e Contribuições Para Políticas Públicas" (Cavalcanti et al. 2023). Esta última não apenas apresenta estatísticas migratórias regionais, mas também aborda questões críticas como tráfico de pessoas, migração de mulheres, crianças e adolescentes, dinâmicas familiares e relações raciais, e a evolução das políticas migratórias no Brasil.

No Caderno de Debates nº 14 (Refúgio, Migrações e Cidadania), destacamos dois artigos fundamentais: "Acolhimento e proximidade: Reflexões sobre os 20 anos de atuação do Instituto Migrações e Direitos Humanos" (Medeiros; Coury, 2019), que discute as práticas de assistência a migrantes e refugiados, e "O normativismo e a regularização migratória no Brasil" (Ribeiro, 2019), que analisa os desafios jurídicos da regularização migratória.

Por fim, sobre a atuação em Rede e Práticas de Acolhimento, consultamos o livro "Contribuições e potencialidades da atuação em rede: 15 anos da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados", publicado pela RedeMir com apoio do ACNUR. A obra celebra a trajetória da Rede Solidária, destacando suas estratégias de acolhimento, as entidades parceiras e o impacto de suas ações na vida de migrantes e refugiados no Brasil.

Esses documentos fornecem não apenas dados quantitativos, mas também análises qualitativas que enriquecem a compreensão dos desafios migratórios e das políticas públicas necessárias para enfrentá-los. A organização sistemática dessas informações permite uma visão abrangente do cenário migratório brasileiro contemporâneo, servindo como base para futuras pesquisas e formulação de políticas mais eficazes.

Legislação Brasileira para Migrantes: Entre Avanços e Desafios

O deslocamento forçado de cerca de 40 milhões de pessoas durante a Segunda Guerra Mundial evidenciou a necessidade de uma resposta internacional à crise migratória, levando à criação da ACNUR pela ONU. Essa entidade assumiu a responsabilidade de proteger os direitos humanos dos refugiados - termo cunhado na época para designar principalmente europeus em busca de proteção fora de seus países de origem, conforme destacam Gonçalves e Sales (2016). Esse contexto histórico levanta questionamentos sobre o papel exercido pelo

Brasil no acolhimento internacional de imigrantes, especialmente considerando sua tradição como país receptor.

Os estudos analisados abordam a legislação migratória brasileira através de uma perspectiva histórica e crítica, revelando as complexidades entre o que está previsto em lei e sua efetiva aplicação. Diversos autores, incluindo Milesi e Coury (2018), Andrade e Marcolini (2002), Martino e Moreira (2020) e Sprandel (2018), apontam para a necessidade de adaptações normativas e discutem os obstáculos enfrentados na implementação de políticas específicas para grupos vulneráveis. Essas análises contemplam desde comunidades indígenas até refugiados e migrantes em situação irregular, demonstrando como a questão migratória no Brasil envolve múltiplas camadas de desafios sociais e institucionais.

O relatório da OIM (Torelly, 2017) oferece uma análise detalhada da Lei nº 9.474/97, conhecida como Lei do Refúgio, e sua interação com a mais recente Lei de Migração (nº 13.445/2017), estabelecendo comparações com instrumentos legais de países da América Latina e Europa. Esse estudo destaca que o Brasil possui um dos sistemas mais avançados de proteção a refugiados no cenário internacional, posição reforçada pela adesão a importantes tratados como a Convenção da ONU de 1951, o Protocolo de 1967 e a Declaração de Cartagena de 1984. A evolução do conceito de refúgio em 1984, que passou a incluir vítimas de diversas violações de direitos humanos, permitiu avanços significativos, como a criação do visto humanitário para haitianos, conforme demonstrado por Fernandes e Faria (2017).

Contudo, a robustez do marco legal contrasta com as dificuldades práticas de sua implementação. Martino e Butikofer (2023, p. 216) identificam o que denominam "limbo jurídico", situação que afeta particularmente migrantes negros e reflete o racismo institucional presente nos processos burocráticos. Muitos indivíduos permanecem por anos com o status de "solicitantes de refúgio", sem acesso pleno a direitos básicos e em condições de vulnerabilidade agravada. Essa realidade expõe as limitações do sistema, que, apesar de bem elaborado do ponto de vista normativo, enfrenta obstáculos estruturais que impedem sua efetividade plena.

A análise dos estudos revela que o Brasil, reconhecido internacionalmente por sua legislação progressista, ainda precisa superar desafios significativos para garantir proteção efetiva aos migrantes e refugiados. A dissonância entre o que está previsto em lei e a realidade

prática aponta para a necessidade urgente de reformas administrativas e políticas públicas mais eficientes. Mais do que estabelecer direitos no papel, é fundamental criar mecanismos que assegurem sua aplicação equitativa e o acolhimento digno de todos os migrantes, independentemente de sua origem ou condição. A superação desses desafios requer não apenas ajustes legais, mas uma transformação profunda na forma como as políticas migratórias são concebidas e implementadas no país.

Inclusão na educação pública: desafios e perspectivas para migrantes

A Revolução Educacional, difundida no Brasil por Rui Barbosa em 1880, estabeleceu a criança como sujeito de importância social e política, conceito reforçado pelo movimento da nova infância que as via como portadoras do futuro. Nesse contexto, as crianças migrantes enfrentam processos particulares de disciplinarização escolar, marcados pela necessidade de adaptação a um novo ambiente cultural, conforme analisam Azevedo e Lima (2017). Paradoxalmente, essas mesmas crianças desempenham papel crucial na recriação de culturas lúdicas, transformando brincadeiras tradicionais como "passa anel" e "ciranda cirandinha" em importantes ferramentas de preservação identitária e resistência cultural frente às adversidades do trabalho infantil, comum em processos migratórios.

Esta análise busca compreender os mecanismos de inclusão na educação regular, destacando as dificuldades enfrentadas por estudantes imigrantes. Embora exista significativa produção acadêmica sobre inclusão na educação infantil, com destaque para os materiais organizados pela 'Rede de Infâncias Protagonistas', nossa pesquisa se concentra em estratégias para a educação musical, utilizando como base teórica trabalhos como os de Azevedo e Amaral (2022; 2024), Catarci (2016), Silva e Di Pierro (2022), Daniel e Moro (2022) entre outros.

Diversos estudos, como o de Hartmann (2017), defendem a inclusão através do fortalecimento identitário, utilizando performances narrativas como ferramenta pedagógica. Entretanto, nota-se uma lacuna preocupante quando se trata do ensino superior: apenas Rodrigues (2021) e Costa e Picanço (2020) abordam especificamente a inclusão de imigrantes negros nas universidades. A maioria das pesquisas disponíveis concentra-se na inclusão de pessoas com deficiência, enquanto os trabalhos sobre imigrantes são escassos e muitas vezes

limitados a caráter informativo, como os documentos orientadores da CGEB/NINC (2017, 2018).

Essa disparidade revela a necessidade de ampliação dos estudos sobre inclusão migrante em todos os níveis educacionais, especialmente no que concerne à educação musical e artística, tema que será aprofundado na sequência desta análise, onde serão examinadas as possibilidades de inclusão cultural através da arte e da expressão criativa.

Inclusão pela arte e música: processos identitários em contextos migratórios

A migração, especialmente quando forçada, constitui uma experiência profundamente impactante do ponto de vista emocional e psicológico. Esse fenômeno não é recente: durante o período da escravização no Brasil, criou-se o termo "banzo" para descrever o estado de melancolia extrema que acometia pessoas arrancadas violentamente de suas terras e separadas de suas famílias, uma saudade tão profunda que poderia levar à morte. Como analisa Laraia (2009, p. 75), esse exemplo histórico demonstra como a ruptura com as raízes culturais pode afetar o bem-estar físico e emocional dos indivíduos, evidenciando a profunda conexão entre crenças, identidade e biologia humana.

A cultura desempenha papel fundamental na construção identitária e sua perda pode gerar consequências significativas para a saúde mental e física. Nesse contexto, Alves *et. al* (2022) destacam a arte como instrumento para elaboração de traumas em contextos de refúgio. Embora este trabalho não se concentre especificamente nos aspectos psicológicos da migração, é relevante observar como a arte tem sido utilizada no processo terapêutico de pessoas refugiadas e migrantes. Por meio da inclusão cultural e da construção de memórias individuais e coletivas, as expressões artísticas oferecem um espaço seguro para processar e ressignificar vivências difíceis, facilitando a integração social e cultural. Nesse processo de construção de identidades flexíveis e novas sociabilidades, projetos musicais como bandas e corais podem se transformar em "lugares da existência política" (Brandão, 2021, p. 70), fortalecendo o senso de pertencimento.

Beatriz Brandão (2021) explora como o tema tem ganhado espaço nos debates políticos oficiais, destacando iniciativas no campo teatral e demonstrando que a prática artística inclusiva não precisa necessariamente abordar diretamente o trauma migratório para

ser efetiva. Essa perspectiva nos leva a refletir sobre uma questão desta pesquisa: como os migrantes vivenciam processos de inclusão e o que significa, para eles, a integração cultural?

No campo da educação musical, os artigos analisados abordam a importância da multiculturalidade e do protagonismo estudantil. Como destaca Machado (2019), práticas pedagógicas que estimulam a criatividade musical podem transformar crianças em agentes sociais de identidade e autoria. Reis e Duarte (2018) enfatizam a diversidade de repertórios e metodologias de ensino como contraponto ao que denominam "pedagogia clássica", ressaltando como a identificação com o repertório trabalhado pode fomentar sentimento de pertencimento e conexão entre a vivência musical escolar e a experiência cotidiana dos estudantes.

Já no âmbito das artes cênicas, Hartmann e Silva (2019) utilizam a contação de histórias e a performance como ferramentas para trabalhar a diversidade cultural em sala de aula. Suas propostas incluem a desierarquização das relações de poder no espaço escolar como forma de promover debates mais igualitários sobre diferenças culturais. Essas abordagens demonstram como a arte, em suas múltiplas expressões, pode servir como ponte para a inclusão genuína, permitindo que migrantes e refugiados reconstruam suas identidades em novos contextos sociais e culturais.

Considerações finais

Considerando uma pesquisa ainda em desenvolvimento, as reflexões realizadas até o momento sinalizam para a amplitude dos temas abordados. A análise da literatura encontrada apontou para a natureza complexa do fenômeno migratório, desde as vulnerabilidades específicas de crianças desacompanhadas e os desafios de inserção feminina no mercado de trabalho, até as complexidades das fronteiras e os profundos impactos psicossociais da deslocação.

Embora o Brasil possua uma legislação reconhecidamente progressista no acolhimento de migrantes e refugiados – conforme apontado por autores como Gonçalves e Sales (2016) e relatórios de Torelly *et al* (2017) –, a lacuna entre o arcabouço legal e sua efetiva implementação é significativa. Problemas como a burocracia e o "limbo jurídico", destacado por Martino e Butikofer (2023), persistem, exigindo maior atenção às práticas e

políticas públicas. No campo da educação, a importância do fortalecimento identitário e a escassez de estudos específicos sobre a inclusão de migrantes no ensino superior, conforme discutido por Rodrigues (2021) e Costa e Picanço (2020).

Contudo, observamos que a arte e, em particular, a música, surgem como poderosas ferramentas de ressignificação, construção de identidades flexíveis e novas sociabilidades. Conforme explorado por Brandão (2021) e as discussões sobre o Banzo por Laraia (2009), as expressões artísticas podem transformar traumas em "lugares de existência política", oferecendo espaços seguros para processar experiências e facilitar a integração social e cultural. A valorização do protagonismo estudantil e a diversidade de repertório na educação musical, como proposto por Machado (2019) e Reis e Duarte (2018), são cruciais para o sentimento de pertencimento e conexão.

Assim, este estudo preliminar reafirma a urgência e a relevância de fortalecer comunidades de educação musical culturalmente sensíveis e conectadas com a realidade do mundo contemporâneo. Os insights teóricos e conceituais obtidos a partir da revisão de literatura servirão como base sólida para as próximas etapas da pesquisa, que buscarão aprofundar a compreensão das representações sociais dos participantes e, em última instância, contribuir para a elaboração de estratégias mais eficazes de inclusão e acolhimento em um cenário global de constante movimento e conflito.

Referências

ACNUR BRASIL. **Diagnóstico Participativo 2023**. UNHCR, 2023.

ACNUR BRASIL. **Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes: população indígena venezuelana em Boa Vista (RR) e Manaus (AM)**. Brasília, DF: ACNUR Brasil, 2023.

ALVES, L. DE O.; MARTINS-BORGES, L.; MARSILLAC, A. L. M. DE. Elaborações do traumático através da arte: refúgio, cultura e memória. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 30, n. 66, 2022, p. 123–139.

AMARO, João Paulo. Sentimento psicológico de comunidade: Uma revisão. *Análise psicológica*, v. 25, n. 1, p. 25-33, 2007.

ANDRADE, J. H. F. De.; MARCOLINI, A.. A política brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados: breves comentários sobre suas principais características. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, n. 1, p. 168–176, jan. 2002.

AQUINO, Mirian De Albuquerque. Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2010.

AZEVEDO, Nair Correia Salgado; LIMA, José Milton. História da disciplinarização por meio do corpo e a influência das crianças imigrantes no processo de construção das culturas lúdicas infantis. In 8º CONPEF – Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar. 2017.

AZEVEDO, Rômulo Sousa de; AMARAL, Cláudia Tavares do. Educação para além da matrícula: crianças migrantes, refugiadas, e a Resolução nº 1/2020. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 69, p. 134–146, 2022.

AZEVEDO, Rômulo Sousa de; AMARAL, Cláudia Tavares do. O trabalho do professor com crianças imigrantes e refugiadas: um estudo teórico do contexto brasileiro. **Revista Profissão Docente**, [S. l.], v. 21, n. 46, 2024, p. 01–21.

BRANDÃO, Beatriz. O teatro como mudança de narrativa para refugiados. **Cadernos de arte e antropologia**, v. 10, n. 2, 2021, p. 66-80.

BUTIKOFER, Erika Andrea; MARTINO, Andressa Alves. Entre o limbo jurídico e racismos: reflexões sobre processos de bancarização e acesso a direitos de solicitantes de refúgio em São Paulo. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 31, n. 69, p. 211–229, set. 2023.

CANTINHO, Isabel. Crianças-Migrantes no Brasil: vozes silenciadas e sujeitos desprotegidos. **O social em questão**, v. 21, n. 41, p. 155-176. mai.-ago 2018.

CARNEIRO, Julia Costa. O Acolhimento De Crianças Refugiadas No Brasil. **Cadernos Eletrônicos Direito Internacional Sem Fronteiras**, vol. 3, nº 2, Zenodo, setembro de 2021.

CATARCI, Marco. Educação intercultural. Teorias, políticas e práticas de pluralismo cultural no sistema de ensino italiano. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 24, n. 46, 2016 p. 129–141.

CAVALCANTI, Leonardo; FRIEDRICH, Tatyana Scheila; SILVA, Sarah Fernanda Lemos. **Relatório Anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos: pesquisa, dados e contribuições para políticas**. Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração, 2023.

CAVALCANTI, Leonardo; FRIEDRICH, Tatyana Scheila; SILVA, Sarah Fernanda Lemos. **Relatório Anual OBMigra 2024: Panorama migratório nas macrorregiões do Brasil**. Brasília, DF:

Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024. (Série Migrações).

CGEB/NINC. **1º Documento Orientador CGEB/ NINC: Estudantes Imigrantes.** São Paulo. Governo do Estado de São Paulo. 2017.

CGEB/NINC. **Documento Orientador CGEB/NINC - Estudantes Imigrantes: acolhimento.** São Paulo. Governo do Estado de São Paulo. 2018.

COSTA, Andréa Lopes da; PICANÇO, Felícia. Para além do acesso e da inclusão: impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no Ensino Superior. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 2, maio/ago. 2020.

DANIEL, Fernanda Cargnin Gonçalves; MORO, Catarina. Crianças imigrantes e educação infantil: o que dizem as pesquisas acadêmicas brasileiras. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 69, 2022, p. 77–90.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia De.. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 1, 2017, p. 145–161.

FREITAS, Vinicius Ruiz Albino; SANTOS, Sérgio dos. Cieja Perus Iea Interação Cultural Entre Brasileiros E Haitianos Na Perspectiva Da Inclusão. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 7, p. 550-558, 2020.

SALLES, Denise Mercedes Nunez Nascimento Lopes; GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. A atuação do estado brasileiro na proteção dos refugiados: a distância entre a legislação e a garantia dos direitos humanos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, Paraíba. v. 1, n. 2, set./dez. 2016, p. 111-132.

HARTMANN, Luciana. Desafios da diversidade em sala de aula: um estudo sobre performances narrativas de crianças imigrantes. **Cadernos CEDES**, 37(101), 2017, p. 45–64.

HARTMANN, Luciana; SILVA, Sonaly Torres. Pequenas resistências: contação de histórias, performance e protagonismo infantil na escola. **Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas**, Florianópolis, v. 1, n. 34, 2019, p. 019–035.

HEIDRICH, Regina de Oliveira. Desafios para a inclusão no Brasil. In: Sanfelice, Gustavo R.; Bassani, Patrícia S. (Org.) **Diversidade cultural e inclusão social**. Rio Grande do Sul: Editora Feevale. 2020, p. 73-82.

HENRIQUE, André; OLIVEIRA, Wagner Lucas Teixeira; TORRES, Thaís; DUTRA, Michelle Regina Santana. Migração, refúgio e inclusão social: estratégias inovadoras de apoio na integração de migrantes, refugiados e outros. **Revista Eixos Tech**, [S. l.], v. 11, n. 3, 2024.

ILARI, Beatriz. Música, identidade e relações humanas em um país mestiço: implicações para a educação musical na América Latina. **Revista da Abem**, Porto Alegre, n. 18, p. 35-44, out. 2007.

KERTZ-WELZEL, Alexandre. **Globalizing Music Educacion: A Framework**. 1 ed., Indiana: Indiana University Press, 2018.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LAURIOLA, Julia Lucia Helena; HARTMANN, Luciana; FLEISCHER, Soraya. O menino que não pôde voltar para casa: crianças migrantes venezuelanas em Roraima – RR. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 205-226, jul./dez. 2023.

MACHADO, Cecília Marcon Pinheiro. Invenções na terra das crianças: construção de identidades e ideias de autoria na aula de música. In: Schambeck, Regina Finck; Figueiredo, Sérgio Luiz F. De; Beineke, Viviane. (Org.). **Processos e práticas em educação musical: formação e pesquisa**. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço. p. 179-196. 2019.

MAGALHÃES JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira; TOMANIK, Eduardo Augusto. Representações Sociais e direcionamento para a Educação Ambiental na Reserva biológica das Perobas, Paraná. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 17, n. 1, p. 227-248, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2JVWC7w>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

MARIOSIA, Duarcides Ferreira. Florestan Fernandes e os aspectos socio-históricos de uma integração híbrida no Brasil. **Sociologias**. v. 21, n. 50, p. 182–209, jan. 2019.

MARTINO, Andressa Alves; MOREIRA, Julia Bertino. A política migratória brasileira para venezuelanos: do “rótulo” da autorização de residência temporária ao do refúgio (2017-2019). **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 28, n. 60, p. 151–166, set. 2020.

MARTINS-BORGES, Lucienne. Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 21, n. 40, p. 151–162, jan. 2013.

MEDEIROS, Camila Pinheiro; COURY, Paula. Acolhimento e proximidade: Reflexões sobre os 20 anos de atuação do Instituto Migrações e Direitos Humanos junto a pessoas migrantes, refugiadas e apátridas. In: **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. v.14, n.14, 2019, p. 101-128.

MILESI, Rosita; COURY, Paula. Acolhida, proteção e integração de venezuelanos no Brasil: a atuação do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). In: Baeninger, R.; Silva, J. C. J. (coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: NEPO/Unicamp, p. 72-77, 2018.

NUNES, Margarete Fagundes; SCHMIDT, Saraí Patricia. Diversidade Conflitos Sociais e Direitos Humanos In: Sanfelice, Gustavo R.; Bassani, Patrícia S. (Org.) **Diversidade cultural e inclusão social**. Rio Grande do Sul: Editora Feevale, 2020, p. 60-72.

NZEWI, Meki Emeka. Educação Musical sob a perspectiva da diversidade cultural e globalização: posição da CIIMDA. **Revista da ABEM**, Londrina, v.20, n.28, 2012, p. 81-93. Disponível em: <http://bit.ly/2uN85Bl> . Acesso em: 20 j. 2025.

OLIVEIRA, Márcia Maria De. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, 2006, p. 183–196.

PLAISANCE, Eric. Ética e inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p. 13–43, 2010.

REIS, João Gomes; DUARTE, Pedro. O currículo, a educação musical e as realidades individuais de cada estudante: um ensaio em defesa da inclusão cultural no ensino de música. **Revista da ABEM**, v. 26, n. 41, 2018.

RIBEIRO, Marcos Leôncio Sousa. O normativismo e a regularização migratória no Brasil. In: **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. v.14, n.14, 2019, 51-66.

RIBEIRO, Nicolli Bernardes; SENA, Lucas . A contingência pandêmica e os impactos migratórios: uma análise dos atos normativos de fechamento da fronteira entre Brasil e Venezuela. **IdeAs. Idées d'Amériques**, n. 18. 2021.

RODRIGUES, Caroline Vieira. “Sou Um Corpo Estranho No Conjunto”: Narrativas De Um Estudante Negro Migrante Em Uma Universidade Brasileira. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 60, n. 1, 2021, p. 114–125.

SA, Celso Pereira de. Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. *Temas psicol.*, v. 4, n.3, p. 19-33, dez., 1996. Disponível em <<http://bit.ly/2OmxjzJ>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

SANTOS, Everton Rodrigo. Estados, Políticas Públicas E Democracias No Brasil. In: **Diversidade cultural e inclusão social**. Editora Feevale, 2020. p. 48-59.

SILVA, Rita de Cássia da Cruz; DI PIERRO, Maria Clara. Migrações e educação de adultos deslocados: uma reflexão sobre direitos educativos. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 69, 2022, p. 164–177

SPRANDEL, M. A. ‘Leis migratórias e conservadorismo parlamentar no Brasil: o caso da Lei 13.445, de 2017’. In: **Caderno de Debates, Refúgio, Migrações e Cidadania**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v. 13, n. 13, 2018. p. 37-60.

TORELLY, Marcelo (coord.); KHOURY, Aline; VEDOVATO, Luís Renato; GONÇALVES, Veronica Korber. **Política de refúgio do Brasil consolidada**. Brasília: Organização Internacional para as Migrações, 2017.

TONHATI, Tânia; MACEDO, Marília. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, Brasília, v. 4, n. 2, 2020, p. 125-155.

UNICEF BRASIL. **Guia para a Proteção de Crianças e Adolescentes Desacompanhadas/os, Separadas/os e Indocumentadas/os no Brasil**. Brasília, DF: UNICEF Brasil, 2023.

VEBER, Andréia. **Educação musical em contexto de internacionalização: Representações Sociais de professores sobre patrimônio cultural e culturas populares**. 289f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2020.

WACHELKE, João; WOLTER, Rafael. Critérios de Construção e Relato da Análise Prototípica para Representações Sociais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 521–526, 2011.